

# POSICIONAMENTO SUZANO

Suposta ameaça à população local de abelhas devido a práticas de plantação de Eucaliptos Geneticamente Modificados

Em 2015, a Suzano enfrentou protestos relacionados às plantações de árvores de eucalipto geneticamente modificadas (GM), sob a alegação de impactos ambientais na região do Maranhão, no Brasil. Os impactos alegados diziam respeito à contaminação de plantações convencionais, impactos na população de abelhas, perdas econômicas na produção de mel, ameaças à saúde humana e comprometimento de recursos naturais.

Como conduta, a Suzano conduziu extensivas pesquisas em biotecnologia, necessárias para aprovação regulatória de eucalipto GM. A variedade GM em questão foi avaliada para confirmar a segurança de todos os materiais aprovados, especialmente em relação à sua biossegurança, garantindo que não há riscos para a saúde das plantas, do meio ambiente, dos seres humanos e dos animais. Como resultado, não houve ressalva aplicada.

De forma geral, o protocolo de avaliação de segurança da CTNBio inclui análises de impacto no solo de plantações, insetos e micro-organismos, bem como estudos com organismos indicadores (peixes, minhocas, crustáceos, abelhas) para demonstrar se uma variedade GM apresenta ou não diferenças em relação às variedades convencionais. Os estudos de biossegurança realizados não identificaram nenhum risco distinto do eucalipto convencional ao meio ambiente, conforme o Parecer Setorial Consolidado Vegetal e Ambiental, disponível ao final deste documento.

Vale ressaltar que a Suzano atua em conformidade com a Lei de Biossegurança Brasileira, 11.105/2005, a resolução normativa N. 24/20201, bem como com as normativas e os comunicados publicados pela CTNBio - órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que regula todas as questões relativas à biossegurança de organismos geneticamente modificados (OGM) para o governo federal brasileiro. Todas as instalações operam sob Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) emitido pela Comissão, são inspecionadas periodicamente pela CIBio e fiscalizadas pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pelo Ministério do Meio Ambiente (IBAMA).

Políticas internas e as melhores práticas definem que qualquer tecnologia que seja percebida como um risco ao ambiente, à saúde humana ou animal é excluída antes do início de seu desenvolvimento. Produtos que apresentem resultados adversos ou inesperados, durante as avaliações de biossegurança ou de desempenho, têm seu desenvolvimento imediatamente suspenso até que se finalize uma revisão completa de todos os critérios e resultados, que podem direcionar para a reestruturação ou para o cancelamento do projeto.

Por fim, é importante esclarecer que, no Brasil, por lei, todas as submissões, ações, aprovações e decisões tomadas de acordo com as regras de biossegurança e verificação da CTNBio são de domínio público, com exceção das informações confidenciais que envolvam segredos industriais e vantagens competitivas que possam ser requeridas e analisadas pela CTNBio que. Adicionalmente, mesmo não havendo qualquer barreira legal, a Suzano não comercializa e nem planta árvores GM em suas operações comerciais a requisitos de certificadoras.

A companhia reitera seu compromisso com a ética e conformidade, transparência e o engajamento de partes interessadas, por meio de seu Programa de gestão responsável de árvores Geneticamente Modificadas.

Atualizado em Setembro de 2025.

**\*Políticas corporativas e compromissos públicos relacionados:**

[Suzano S.A. Genetically Modified Trees Policy](#)

[Suzano S.A. Human Rights Policy](#)

[Suzano S.A. Wood Supply Policy](#)

[Suzano S.A. Corporate Environmental Management Policy](#)

**Relatórios técnicos:**

[Technical Report CTNBio](#)

<https://doi.org/10.3389/fbioe.2023.1257576>

<https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10195733/>